

## CURSO DE FORMAÇÃO — SEGUNDA ETAPA

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

### CADERNO DE PROVA OBJETIVA



#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br



De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

A contabilidade é uma ferramenta empregada na gestão empresarial, nas decisões de investidores bem como nas análises de concessão de crédito. No que se refere aos princípios que regem essa ciência, aos padrões internacionais, aos indicadores de análise financeira e à contabilidade do setor de saúde suplementar, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o princípio da oportunidade, eventos futuros devem ser registrados no momento da identificação do seu fato gerador, haja vista o risco de descontinuidade da entidade.
- 2 No Brasil, foram realizadas mudanças significativas nas normas de contabilidade com o intuito de alinhá-las aos princípios do US GAAP (*United States general accepted accounting principles*), que prevaleceram sobre os princípios emanados pelo IASB (*international accounting standards board*), dada a importância do mercado de capitais dos Estados Unidos da América.
- 3 A sinistralidade, um indicador de eficiência operacional das operadoras de plano de saúde, é calculada pela relação entre o total de despesas com eventos indenizáveis e o saldo total de receitas de contraprestações pagas pelos beneficiários.
- 4 Os indicadores de estrutura de capital refletem a composição do capital da empresa, evidenciando o seu grau de alavancagem, com base na observação da participação do capital de terceiros.
- 5 O lançamento de transações pessoais realizadas por sócios nos demonstrativos contábeis de uma companhia viola o princípio da entidade, segundo o qual a empresa deve ter autonomia patrimonial, diferenciando seu patrimônio do patrimônio particular.

Com base nas normas contábeis adotadas pelas operadoras de planos de saúde e nos conceitos fundamentais de regulação econômico-financeira adotados pela Agência Nacional de Saúde (ANS) no exercício de suas funções, julgue os itens seguintes.

- 6 Um dos requisitos para a autorização do funcionamento de operadora de plano de saúde é capitalização mínima obrigatória, calculada em função de aspectos operacionais, proporção entre rede própria e terceirizada e região em que se pretende atuar.
- 7 O Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (DIOPS), que reúne balancetes trimestrais e diversas informações complementares, é o principal instrumento que subsidia a atuação da regulação prudencial da ANS.
- 8 No modelo de preço preestabelecido, estabelece-se limite em relação ao valor da assistência médica oferecida, a fim de reduzir o risco assistencial das operadoras de plano de saúde.

Com relação à sistemática de monitoramento econômico-financeiro adotada pela ANS e aos regimes especiais adotados em razão da constatação de anormalidades nas operadoras de plano de saúde, julgue os itens que se seguem.

- 9 Medidas de saneamento podem ser aplicadas pela ANS a operadora, conforme o seu porte, caso seja verificada inadequação nas demonstrações contábeis da operadora, que deve se responsabilizar por apresentar plano de recuperação que apresente prazo e metas definidos.
- 10 O diretor fiscal nomeado pela ANS para atuar na recuperação de uma operadora de planos de saúde deve praticar os atos de gestão necessários ao cumprimento do plano de saneamento estabelecido.
- 11 O acompanhamento presencial realizado pelo regime de direção fiscal é pré-condição para a decretação da liquidação extrajudicial, ainda que sejam verificadas anormalidades econômico-financeiras graves em uma operadora de planos de saúde.
- 12 Na ANS, após a realização de etapa preliminar de qualificação das demonstrações financeiras, selecionam-se as operadoras de plano de saúde que serão alvo de monitoramento específico, com base em uma matriz de risco de insolvência/relevância da operadora.

Em relação à contratualização e ao programa de acreditação de prestadores de serviços de saúde, julgue os itens subsecutivos.

- 13 De acordo com o programa de acreditação de operadores de planos privados de assistência à saúde, o certificado de acreditação deve ser emitido pela ANS, com base em relatórios emitidos por câmaras setoriais.
- 14 Entre os procedimentos para a rescisão de contrato entre uma operadora de plano de assistência à saúde e seus prestadores de serviços hospitalares inclui-se a identificação, pela entidade hospitalar, de pacientes em tratamento continuado e em pré-operatório.
- 15 No programa de acreditação de operadoras e de prestadores de serviços de saúde, foram definidos parâmetros de qualidade a serem empregados e cumpridos obrigatoriamente por todos os postulantes à certificação.

Acerca dos modelos de remuneração adotados no âmbito da saúde suplementar, julgue os itens que se seguem.

- 16 No modelo de remuneração por captação, o prestador é remunerado conforme o número de pacientes que acompanha em consultas, exames preventivos e, eventualmente, no tratamento de algumas doenças.
- 17 No modelo de remuneração de prestadores de serviços de saúde feito com base na classificação por nível de agregação de serviços, o pagamento por procedimento exemplifica o extremo da desagregação de serviços.

Julgue os itens a seguir, referentes à governança da informação.

- 18 O padrão de troca de informação de saúde suplementar (TISS) constitui-se dos seguintes componentes: organizacional; conteúdo e estrutura; representação de conceitos; comunicação; segurança e privacidade.
- 19 De acordo com o Ministério da Saúde, a governança da informação aplicada à área de saúde é uma disciplina interativa que visa à estruturação, à descrição e ao governo dos artefatos de informação e que independe das fronteiras tecnológicas e organizacionais estabelecidas pela visão de negócio.
- 20 O Comitê de Governança da Informação (CGI), estrutura específica criada para assegurar a execução das melhores práticas de gestão do Banco Central do Brasil (BACEN), é responsável por realizar auditorias de observância.
- 21 Entre as atribuições do escritório de governança da informação inclui-se o gerenciamento do catálogo de informações, dos dados-mestres e da plataforma de qualidade de dados.

Julgue o próximo item, referente à governança de TI.

- 22 De acordo com os princípios do iGovTI, devem-se utilizar modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a democratização do acesso à informação, a ampliação das discussões e a dinamização da prestação de serviços públicos.

A respeito da infraestrutura de TI adotada pela ANS, julgue os itens seguintes.

- 23 A sala-cofre, um ambiente de segurança de alta disponibilidade que abriga todos os servidores que hospedam os sistemas da agência, é dotada de porta e parede blindadas, climatização, iluminação de emergência, sistema de detecção e combate a incêndio, porém ainda não é equipado com controle de acesso biométrico e sistema de vigilância com câmeras IP.
- 24 Entre os serviços realizados pela área de suporte inclui-se a verificação da ocorrência de falha de *hardware* em equipamentos de informática, como *notebook*, estação de trabalho e *data show*.
- 25 A Coordenação de Segurança e Tecnologia da Informação (COSIT) é responsável tanto pela infraestrutura de TI quanto pela gestão e pelo planejamento de todos os contratos da área.

No que se refere aos sistemas aplicativos na ANS, julgue os itens subsequentes.

- 26 Para o desenvolvimento de um *software* na ANS, devem-se realizar as seguintes fases: levantamento de requisitos, análise, projeto, desenvolvimento, testes e documentação e implantação.
- 27 Os principais sistemas da ANS encontram-se nos cadastros das unidades hospitalares, do INSS e do Programa Bolsa Saúde.
- 28 A Coordenação de Sistemas e Aplicativos (COSAP) compõe-se de uma coordenação, áreas técnicas e fábrica de *software*.

Com relação a ferramentas de disseminação, julgue o próximo item.

- 29 Na tabela abaixo, constam exemplos de ferramentas de disseminação de informação no âmbito da ANS e na sociedade em geral.

ferramenta	público	disponibilização
caderno de informação	externo	site e impresso
SIG	interno	Intrans
índice de reclamações	externo	site
DATAMART fiscalização	interno	discoverer

No que diz respeito ao registro eletrônico de saúde (RES), julgue os itens a seguir.

- 30 Na avaliação de impacto regulatório (AIR), identificam-se e avaliam-se as principais áreas suscetíveis de serem afetadas pela intervenção política destinada a captar os custos e os benefícios monetizados e não monetizados.
- 31 De acordo com a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, o e-Saúde compreende a entrega de informações clínicas aos parceiros da cadeia de atendimento, a interação entre todos os seus membros e a disponibilização dessas informações em lugares remotos e de difícil acesso.
- 32 Consoante resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), prontuário é o documento que o médico preenche com os dados que o paciente relatou durante a anamnese, dele não constando os sinais e as imagens geradas sobre a saúde do paciente.

Acerca do ressarcimento ao SUS, julgue os itens que se seguem.

- 33 A efetivação do ressarcimento ao SUS requer a criação de um aviso de beneficiários identificados (ABI), cuja validade expira um ano após o ressarcimento do evento.
- 34 Dos valores arrecadados mediante o ressarcimento ao SUS, 20% são destinados à própria ANS, que os emprega para o custeio das despesas relativas ao processo de cobrança, e 80% são repassados para o Fundo Nacional de Saúde.
- 35 O ressarcimento ao SUS feito pelas operadoras de serviços de saúde devido à prestação, pelo SUS, de serviços aos beneficiários dessas operadoras resguarda, indiretamente, o princípio constitucional da isonomia.

Acerca da fiscalização realizada pela ANS, julgue os itens a seguir.

- 36 A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, o que possibilita sua exploração lucrativa.
- 37 A Constituição Federal de 1988 (CF) é considerada o marco regulatório do setor de saúde suplementar.
- 38 Compete à ANS articular-se com os órgãos de defesa do consumidor, conforme preconizado em sua lei instituidora.
- 39 A fiscalização é feita na ANS de forma reativa e proativa. A fiscalização proativa é realizada para a apuração das denúncias dos consumidores, enquanto a reativa, para a avaliação preditiva de aspectos assistenciais e econômico-financeiros das operadoras previamente selecionadas.

Com relação à mediação ativa de conflitos e à notificação de investigação preliminar (NIP), julgue os itens subsecutivos.

- 40 A mediação, um método extrajudicial que objetiva a resolução de conflitos, substitui o agir fiscalizatório da ANS.
- 41 Considere a seguinte situação hipotética.  
A ANS notificou preliminarmente uma operadora de plano de saúde, por esta não ter autorizado a realização de procedimento por um beneficiário. Posteriormente, a operadora manifestou-se junto à ANS que autorizou a execução do referido procedimento, e o beneficiário confirmou à ANS a autorização do procedimento.  
Nessa situação, a demanda por autorização deve ser encaminhada pela equipe técnica da NIP ao núcleo da ANS correspondente para a tomada das providências pertinentes.
- 42 A NIP, um dispositivo comunicacional utilizado junto às operadoras de planos de saúde, é realizada com a finalidade de estabelecer ligação adequada e ágil entre consumidores/beneficiários e operadoras de planos de saúde quando da apresentação de demanda negativa de cobertura junto à ANS.
- 43 A NIP é o único meio pelo qual o beneficiário de plano de saúde obtém autorização imediata de procedimento solicitado por seu médico assistente.

No que se refere ao modelo atual de fiscalização e às etapas do processo sancionador, julgue os itens que se seguem.

- 44 Caso a ANS, ao editar determinado ato normativo, constate a existência de incorreções, ela poderá editar um novo ato, mas não poderá delegar essa competência a órgão hierarquicamente inferior.
- 45 Se a ANS exonerar um agente público, manifestando o motivo desse ato, mesmo sem a necessidade de fazê-lo, o motivo declarado deverá coadunar-se com a finalidade pública, pois, do contrário, o ato deverá ser invalidado.
- 46 É exemplo de ato com vício de finalidade o fechamento de uma operadora de plano de saúde por um fiscal da ANS.
- 47 Caso servidor público da ANS tenha praticado infração administrativa em 2010, esta prescreverá em 2015, independentemente de ter sido considerada, também, crime.
- 48 A ANS pode delegar parte de sua competência a órgão que não lhe seja hierarquicamente subordinado.
- 49 Se uma unidade da administração pública federal expedir norma sobre processo administrativo sancionador, essa norma será ilegal, dado já existir lei geral que disciplina a matéria.
- 50 Cabe ao agente público atuar de forma ética e nortear suas ações pelo princípio da moralidade, segundo o qual, o agente público deve desconsiderar suas convicções subjetivas e íntimas no desempenho de suas funções.

A respeito da atuação dos núcleos da ANS, julgue os itens seguintes.

- 51 Os núcleos da ANS são responsáveis por proceder à investigação preliminar.
- 52 Se uma operadora de plano de saúde responder a um processo administrativo sancionador, caberá ao diretor de fiscalização da ANS decidir em primeira instância.
- 53 Nas infrações regulatórias e não regulatórias da saúde suplementar, o interesse diretamente tutelado refere-se ao beneficiário.

No que tange à defesa do consumidor e à regulação de saúde suplementar, julgue os itens subsequentes.

- 54 O dependente de um titular de plano de saúde coletivo é também considerado consumidor.
- 55 A prestação de serviço na esfera da saúde suplementar caracteriza-se pela oferta de serviço de execução continuada e de trato sucessivo por tempo indeterminado.
- 56 Se uma pessoa contratar um plano de saúde e o médico credenciado cometer erro durante o atendimento, caracterizando-se má prestação de serviço, a operadora e o médico serão solidariamente responsáveis perante o segurado.
- 57 As regras constantes do Código de Defesa do Consumidor (CDC), as quais se fundamentam do texto constitucional, podem ser aplicadas *ex officio*, independentemente de requerimento.
- 58 Para que as regras do CDC sejam aplicadas na relação contratual de um beneficiário com uma operadora de plano de saúde, aquele deverá comprovar a sua vulnerabilidade.
- 59 Caso haja a anuência do beneficiário, a operadora de plano de saúde pode prever cláusula contratual que limite o tempo máximo de internação hospitalar.

Julgue os itens a seguir, referentes ao programa de fiscalização proativa.

- 60 Atualmente, no Programa Olho Vivo, executam-se dois grandes módulos: o assistencial e o econômico-financeiro.
- 61 O Programa Olho Vivo, normatizado no ano de 2010, consta do plano plurianual (PPA) do governo federal.

## MÓDULO II

Acerca de processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 62 A decisão tomada em um processo administrativo torna-se definitiva com sua publicação em Diário Oficial, momento a partir do qual não se pode mais interpor recurso da decisão.
- 63 Aos estados que dispõem de legislação específica sobre processo administrativo não se aplica a Lei n.º 9.784/1999.
- 64 Na Lei n.º 9.784/1999, não se preceitua um rito único a ser seguido na realização dos processos administrativos.

No que se refere a atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 65 É exemplo de ato administrativo a construção de uma obra pública.
- 66 A vontade da administração relaciona-se ao exato cumprimento do dever imposto por determinação legal.

Com relação aos princípios do direito administrativo e do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 67 No processo administrativo, o princípio do juiz natural não apresenta aplicabilidade.
- 68 De acordo com o princípio da finalidade, os atos e as decisões da administração devem ser atribuídos à entidade, e não aos agentes que os praticaram.
- 69 Segundo o princípio da eficiência, a decisão de processo judicial ou administrativo deve ser tomada em prazo razoável.

No que diz respeito aos direitos e deveres dos administrados no processo administrativo, julgue os itens subsecutivos.

- 70 É cabível a impetração de mandado de segurança contra ato praticado por autoridade no exercício de competência delegada.
- 71 Caso o processo administrativo se inicie por solicitação do interessado, o requerimento inicial deverá ser feito por intermédio de petição escrita, não podendo ser realizado mediante solicitação oral.
- 72 De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, pode ocorrer delegação entre órgãos delegados que não sejam hierarquicamente subordinados ao órgão delegante.

A respeito de impedimento e suspeição, julgue os itens seguintes.

- 73 Se, em determinado processo administrativo, os atos praticados por um agente forem de mera ordenação ou encaminhamento, as regras de impedimento ou suspeição não serão aplicadas nesse processo.
- 74 O servidor que estiver litigando judicialmente contra o companheiro de uma interessada no processo administrativo é considerado suspeito no referido processo.

Julgue o próximo item, relativo à instrução.

- 75 Em processo administrativo, o ônus da prova é da administração, e não do interessado.

Acerca de extinção do processo, julgue o item abaixo.

- 76 A desistência ou a renúncia do interessado não prejudicam o prosseguimento do processo, caso seja considerado pela administração que o prosseguimento atenda ao interesse público.

## MÓDULO III

No que se refere ao planejamento estratégico da ANS, julgue os itens subsequentes.

- 77 O *balanced scorecard*, a metodologia selecionada para a revisão e a agregação dos elementos estratégicos da ANS, organiza-se segundo quatro perspectivas: resultados; cliente; processos internos; aprendizado e inovação.
- 78 As metas relacionadas aos objetivos estratégicos da ANS estão previstas, do ponto de vista institucional, em seu contrato de gestão.

Acerca das práticas regulatórias da ANS, julgue os itens que se seguem.

- 79 A análise de impacto regulatório (AIR) que está sendo implementada na ANS estimula a definição dos objetivos da regulação e permite a análise do impacto de cada uma das opções regulatórias.
- 80 Os projetos regulatórios da ANS são construídos, de forma participativa, pelos seguintes agentes: áreas gerenciais da agência, seus servidores, área técnica do Ministério da Saúde e do Ministério do Planejamento.





**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos